

CONTRA A TIRANIA DO INVISÍVEL

Saulo Azevedo Miranda¹

RESUMO

O artigo “*Contra a Tirania do Invisível*” analisa criticamente a relação entre religião, autonomia e poder na modernidade tardia. Partindo das críticas de Marx, Bakunin e Michel Onfray, o texto argumenta que a religião, longe de ser apenas um fenômeno espiritual, funciona como um mecanismo de alienação e controle social, impedindo a emancipação humana. Marx a vê como reflexo da miséria e instrumento de pacificação; Bakunin a identifica como base ideológica do Estado e inimiga da liberdade; e Onfray a entende como ficção persistente que bloqueia a autonomia. O estudo destaca ainda a presença crescente da religião nas universidades e sua fusão com a tecnologia, naquilo que chama de “Tecno-Teologia”: um sistema em que fé e algoritmos operam juntos como novas formas de dominação e consumo. Conclui-se que a verdadeira liberdade humana depende da superação de qualquer transcendência seja divina ou tecnológica, junto a defesa da razão e da crítica como fundamentos do pensamento livre.

Palavras-chave: Religião. Autonomia. Modernidade tardia. Alienação. Tecno-Teologia.

INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo pra mim, um tanto curioso. Nunca se falou tanto em autonomia, liberdade e emancipação, ao mesmo tempo em que a religião cresce em todos os cantos, das igrejas às universidades, dos parlamentos às redes sociais. O que parecia um espaço historicamente reservado à crítica e à racionalidade, como a própria academia, hoje é também atravessado por discursos religiosos, ritos e celebrações da fé dentro do âmbito acadêmico. Essa presença, porém, não é apenas um detalhe cultural, ela revela um processo mais profundo, no qual a religião se reafirma como um dos maiores obstáculos à autonomia humana.

Para Marx, a religião é um reflexo das contradições sociais: ela consola, dá

¹ Discente da graduação no curso de licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina.



esperança e sentido, mas ao mesmo tempo anestesia e aliena. Ela desloca para uma instância superior aquilo que deveria ser enfrentado coletivamente pelos próprios homens. A autoria dessa analogia, na verdade, já circulava em pensadores do século XVIII, mas foi Marx que lhe deu um peso teórico e político que atravessou os séculos de maneira definitiva.

Mas se Marx acreditava que as condições objetivas como: exploração, miséria, desigualdade... seriam suficientes para provocar a transformação social, o presente nos mostra o contrário: as contradições estão diante de nós, mas a revolução não chega. Nesse ponto, vale olhar para outras tradições críticas da religião. O anarquista Mikhail Bakunin, em seu escrito inacabado *Deus e o Estado* (2000), foi ainda mais direto: a ideia de Deus é a negação da liberdade humana. Se Deus existe, o homem é escravo, se o homem quer ser livre, Deus precisa ser abolido. Para Bakunin, religião e Estado caminham lado a lado, sustentando hierarquias e submetendo as pessoas à obediência. Sua crítica não é apenas ao consolo ilusório da fé, mas ao seu papel ativo na legitimação da dominação.

Já no século XXI, o filósofo Michel Onfray, em seu *Tratado de Ateologia* (2014) e em *A Arte de Ter Prazer* (1999), retomou essa tradição crítica e a atualizou. Para ele, a religião permanece como um obstáculo direto à emancipação humana. Não basta compreendê-la apenas como reflexo das condições sociais, como propôs Marx: é preciso vê-la como uma ficção persistente, que atravessa a vida cotidiana e bloqueia a autonomia do sujeito. Onfray enfatiza que o ateísmo é condição de possibilidade para a liberdade e para o hedonismo, isto é, para uma vida reconciliada com o corpo, com os prazeres e com a realidade concreta.

É nesse cenário que se insere a chamada modernidade tardia, também conhecida como modernidade líquida (2001), conceito formulado por Zygmunt Bauman. Nela, a globalização, a velocidade da informação e a dissolução das instituições tradicionais tornam tudo mais instável e passageiro. Relações, identidades e valores que antes eram sólidos tornam-se fluidos, frágeis e voláteis. Paradoxalmente, nesse mundo líquido, a religião se fortalece como um porto seguro, ainda que ilusório, oferecendo estabilidade onde tudo parece escapar do seu controle.

Ao mesmo tempo, novas formas de religiosidade surgem fora dos templos, como nas próprias tecnologias digitais. Hoje, a promessa de transcendência não vem apenas do céu, mas também das telas: algoritmos que prometem prever nossos desejos, plataformas



que oferecem comunidades virtuais, empresas que se apresentam como redentoras dos problemas humanos. Surge assim uma espécie de “Tecno-Teologia”, onde religião e tecnologia funcionam juntas como mecanismos de controle, mantendo os indivíduos presos à lógica do consumo e da obediência.

Este artigo busca refletir, portanto, sobre a relação entre religião e autonomia na modernidade tardia. Mais do que analisar uma tradição específica, parte-se da ideia de que toda religião é idealizadora e, nesse sentido, funciona como um desvio da potência humana. Idealizar, nesse caso, significa acreditar que ao transformar a própria consciência é possível alterar a realidade concreta, quando, na prática, o mundo permanece o mesmo, independentemente da consciência que se tem sobre ele. Da teologia da prosperidade às religiões de matriz africana, do pentecostalismo aos novos esoterismos urbanos, passando ainda pelas novas “fé-tecnologias” das big techs, a lógica é semelhante: quanto mais se eleva o divino ou ao algoritmo, mais se diminui o humano. A crítica que aqui se propõe não é contra a diversidade cultural das religiões, mas contra o próprio fato de que todas elas, em diferentes formas, limitam a autonomia, alienam e fortalecem a engrenagem do capitalismo contemporâneo.

A CRÍTICA MARXISTA À RELIGIÃO

A crítica de Marx à religião não surgiu do nada. Um dos pensadores que mais influenciaram sua formulação foi Ludwig Feuerbach, em especial na obra *A Essência do Cristianismo* (2007). Feuerbach argumentava que a religião nada mais é do que a projeção das qualidades humanas em Deus. Tudo aquilo que o homem tem de melhor como amor, bondade, justiça, sabedoria, é retirado de si mesmo e atribuído a um ser transcendente.

Nesse processo, o ser humano se empobrece: quanto mais qualidades ele coloca em Deus, menos se reconhece em si mesmo. A religião, portanto, aliena, porque separa o homem de sua própria essência. Ela cria um mundo ideal acima do mundo real, fazendo com que os indivíduos passem a viver para esse além e não para a vida concreta.

Marx retoma essa crítica feuerbachiana, mas vai além. Para ele, a religião não é apenas uma ilusão psicológica ou filosófica: ela é produto das condições materiais de existência. A alienação não acontece apenas no campo das ideias, mas nasce da própria miséria e das relações de exploração. A religião é, assim, tanto reflexo da opressão quanto

mecanismo que ajuda a mantê-la.

O indivíduo, em vez de agir para transformar a realidade, fica estático. Espera recompensas no além, aceita sua posição social como vontade divina e interpreta o sofrimento como parte de um plano maior. A religião, nesse sentido, é um dos mais eficientes instrumentos de pacificação social. Ela não precisa de coerção externa: o fiel aceita sua condição porque acredita que é justa, necessária ou passageira diante de uma vida eterna prometida.

Karl Marx dedicou poucas páginas diretamente à religião, mas nelas deixou uma das passagens mais conhecidas de toda sua obra. Na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, escrita em 1843 e publicada em 1844, Marx escreveu:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (MARX, 2010, p. 151).

Essa frase, reduzida muitas vezes ao clichê da “religião é o ópio do povo”, na verdade carrega uma análise muito mais complexa. A religião, para Marx, cumpre uma função ambígua: é consolo e crítica ao mesmo tempo. Por um lado, suaviza a dor da vida material marcada pela exploração, oferecendo esperança, sentido e promessa de uma talvez compensação futura. Por outro, revela indiretamente o sofrimento real das pessoas, como se fosse um grito de socorro transformado em prece.

A questão central, é que a religião desvia a luta humana da realidade concreta. Ao transferir para um ser transcendente e invisível a responsabilidade pela justiça, pela felicidade ou pelo destino, os homens se alienam de sua própria capacidade de agir. Essa alienação religiosa é inseparável da alienação material: não é por acaso que a religião floresce entre os mais pobres, porque ela funciona como válvula de escape diante de uma vida marcada pela miséria e pela falta de perspectivas para o futuro.

Para Marx, a crítica à religião é inseparável da crítica à sociedade que a produz. Não se trata apenas de “negar a fé”, mas de mostrar que a religião é o reflexo de um mundo injusto que precisa ser transformado. A famosa frase só ganha sentido completo quando acompanhada do restante da passagem: “A crítica da religião é, portanto, em



germe, a crítica do vale de lágrimas cuja auréola é a religião.” (MARX, 2010, p. 152). Em outras palavras, combater a religião não significa atacar diretamente as crenças, mas sim superar as condições sociais que tornam a religião necessária como consolo.

É por isso que Marx acreditava que, quando a miséria objetiva fosse enfrentada e superada, a religião perderia sua função social e se extinguiria naturalmente. Se a exploração desaparece, desaparece também o suspiro da criatura oprimida. A emancipação, nesse sentido, não seria conquistada apenas através da crítica abstrata da fé, mas pela transformação material das condições de vida.

No entanto, como veremos mais adiante, a história mostrou que as contradições objetivas do capitalismo podem estar expostas, escancaradas, e ainda assim a revolução não acontecer. A alienação religiosa não é apenas reflexo da miséria material, ela também molda subjetividades, produz comportamentos e legitima relações de dominação. É nesse ponto que a crítica marxista se encontra com as reflexões posteriores de pensadores como Bakunin e, mais recentemente, de Michel Onfray.

BAKUNIN, RELIGIÃO E A AUTORIDADE

Mikhail Bakunin, um dos grandes pensadores do anarquismo, apresenta em sua obra *Deus e o Estado* (2015) publicada postumamente, uma crítica radical tanto à religião quanto ao Estado, entendendo-os como faces complementares de um mesmo processo de dominação. Para ele, a religião, ao colocar Deus como entidade suprema, instaura um poder transcendental que legitima hierarquias e a submissão humana. Já o Estado, ao se apresentar como representante deste poder, transforma a obediência em dever político e social.

Bakunin denuncia que a crença em Deus é, em essência, a negação da liberdade humana. Se existe um ser supremo onipotente e perfeito, o homem só pode se enxergar como imperfeito e submisso. Essa estrutura de pensamento gera a aceitação passiva da autoridade e da exploração. Na visão do anarquista russo, enquanto os homens acreditarem em um poder divino, aceitarão também os poderes terrenos como: reis, patrões, presidentes ou padres, como se fossem extensões naturais da vontade divina.

A grande contribuição de Bakunin é mostrar que a religião não é apenas uma



questão espiritual ou moral, mas sobretudo política. A fé, quando institucionalizada, torna-se instrumento de coerção, justificando desigualdades e perpetuando injustiças. Daí sua famosa afirmação de que “se Deus realmente existisse, seria necessário aboli-lo” (BAKUNIN, 2015, p.63). Essa frase não é apenas provocação, mas um chamado à emancipação: libertar-se da ideia de Deus é também libertar-se das amarras que sustentam o Estado e o capitalismo.

Nos *obras Seletas II*, Bakunin reforça essa perspectiva ao afirmar: “A fim de liberar definitivamente o homem, [...] é preciso expulsar Deus não só da ciência, mas também da própria vida.” (BAKUNIN, 2017, p. 75). O anarquista deixa claro que a liberdade humana não pode conviver com nenhuma instância transcendental que se coloque acima da razão, da experiência e da ação autônoma. Se a ciência estiver subordinada à fé, ela deixa de investigar livremente; se a vida for guiada por dogmas religiosos, o homem perde sua potência criadora e sua responsabilidade sobre o mundo.

Para ele, a verdadeira emancipação só é possível quando o homem assume integralmente sua responsabilidade sobre si e sobre a sociedade. Isso implica retirar Deus de todas as dimensões, do saber, da política, da moral e da vida cotidiana, para que não reste nenhum fundamento externo legitimando a dominação. Sua crítica radical aponta que toda forma de transcendência serve, em última instância, para negar a autonomia humana. Assim, expulsar Deus da ciência e da vida não é apenas uma questão de crença, mas um ato político de ruptura, indispensável para abrir caminho à autogestão, ao apoio mútuo e à liberdade coletiva.

Dessa maneira, Deus e o Estado e seus escritos complementares não apenas denunciam o caráter opressor da religião, mas também oferecem um horizonte libertário: uma sociedade sem divindades, sem mestres e sem amos, em que os homens sejam plenamente donos de sua existência.

MICHEL ONFRAY E A RELIGIÃO COMO OBSTÁCULO À EMANCIPAÇÃO HUMANA

O filósofo francês Michel Onfray, em seu *Tratado de Ateologia* (2005), oferece uma crítica contundente à religião, entendendo-a como um dos maiores entraves à



emancipação humana. Diferente de Marx, que a considerava o reflexo de uma condição social de opressão, e de Bakunin, que a denunciava como base ideológica do Estado, Onfray a encara como uma ficção persistente, que atravessa a história e mantém os indivíduos presos a ilusões transcendentais.

Para Onfray, toda religião é construída sobre narrativas míticas que não têm fundamento na realidade concreta, mas que se impõem como verdades absolutas. Ao exigir fé, obediência e submissão, elas retiram do homem sua responsabilidade plena sobre a vida. Assim, a religião funciona como uma pedagogia da renúncia: ensina a esperar a justiça em outro mundo, a aceitar sofrimentos neste, e a transferir a decisão moral para uma entidade invisível.

Nesse sentido, a religião não apenas aliena, mas bloqueia a autonomia. Onfray insiste que a verdadeira emancipação só pode ser alcançada quando o homem se liberta dessas ficções e assume integralmente sua existência sem recorrer a fundamentos divinos. O ateísmo, para ele, é mais que uma descrença: é um projeto filosófico e político de libertação coletiva. Em *A Arte de Ter Prazer*, ele afirma:

O ateísmo é a condição de possibilidade do hedonismo: a existência de Deus é incompatível com a liberdade dos homens. As retóricas deístas não serão suficientes para invalidar essa evidência. Só a morte de Deus fornece a condição prévia ao nascimento do homem, ao advento de um sujeito reconciliado consigo mesmo, para além das alienações maiores e dos entraves conhecidos. (ONFRAY, 1999, p. 233)

Aqui, Onfray associa o ateísmo ao hedonismo, um hedonismo materialista, entendido não como busca cega por prazeres imediatos, mas como uma ética que valoriza o corpo, a vida concreta e a capacidade humana de criar felicidade neste mundo. Ser hedonista, para Onfray, é escolher a alegria contra a renúncia, à autonomia contra a submissão, o presente contra a promessa de um futuro transcendente. Assim, a crítica à religião não é apenas negativa (destruir ilusões), mas também positiva: afirmar a vida como espaço legítimo de realização.

Sua crítica vai além da denúncia da alienação: ele vê a religião como um resquício de racionalidade primitiva, que deveria ter sido superada. Como ele escreve no Tratado de Ateologia: “La religión proviene de una forma de racionalidad primitiva, genealógica



y fechada. Reactivar esta historia anterior a la historia induce al retraso, incluso al fracaso de la historia de hoy y del futuro.” (ONFRAY, 2005, p. 63).

Essa frase mostra com clareza que a religião deve ser compreendida como um estágio ultrapassado do pensamento humano como um mito, superstição, protociência. Retomar esse estágio não é um avanço cultural, mas uma regressão histórica, um retrocesso que ameaça o presente e o futuro da humanidade.

Por isso, Onfray defende que a libertação do homem exige não apenas enfrentar a religião como instituição, mas também expulsar qualquer forma de pensamento religioso das esferas da ciência, da moral e da vida cotidiana. Libertar-se da religião, portanto, não é apenas um ato intelectual, mas uma condição indispensável para que surja uma sociedade verdadeiramente autônoma, reconciliada consigo mesma e capaz de construir o futuro sem recorrer a deuses ou transcendências.

RELIGIÃO E UNIVERSIDADE: O CONFRONTO ENTRE SABERES

Historicamente, a universidade foi concebida como espaço de produção de conhecimento crítico, de investigação livre e de disputa contra formas de pensamento dogmático. A própria ciência, desde o seu nascimento, surgiu em confronto direto com a religião, buscando afirmar sua autonomia e estabelecer critérios racionais para explicar o mundo.

Para compreender esse embate, é importante destacar que todos os saberes possuem um método, ou seja, um “como fazer”, um conjunto de ferramentas que orienta a forma de produzir conhecimento. O senso comum, por exemplo, tem como método a observação e a experiência empírica cotidiana, mas não exige teorias ou explicações mais complexas. Já a religião e a ciência são diferentes: ambas produzem teorias, isto é, narrativas que buscam explicar a realidade. A diferença fundamental está no método utilizado.

Na religião, o conhecimento se sustenta em dois pilares: a fé, que dispensa provas e exige apenas a crença, e os dogmas, que funcionam como verdades inquestionáveis. A ciência, ao contrário, não reconhece verdades absolutas: toda explicação científica é histórica, situada, e está sempre aberta à crítica e à possibilidade de ser refutada. O avanço



tecnológico e a ampliação da noção de mundo fazem com que novas verdades substituam antigas, revelando a natureza dinâmica e autocrítica da ciência.

O primeiro método científico sistematizado foi o positivismo, elaborado por Auguste Comte no século XIX, que definia como científico tudo aquilo que pudesse ser observado. Nesse contexto, a religião foi colocada de lado, pois não se encaixava nos critérios de verificação. Contudo, com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o positivismo entrou em crise e abriram-se caminhos para outras metodologias: o materialismo histórico-dialético, ligado a Marx; as correntes anarquistas, críticas às hierarquias do saber; e a fenomenologia, preocupada com a experiência humana. Apesar da diversidade de métodos, um ponto comum permaneceu: a ciência sempre se manteve em oposição à religião e aos seus dogmas.

O paradoxo contemporâneo é que, apesar dessa trajetória histórica de confronto, a religião retorna com força dentro das universidades, espaços que deveriam estar protegidos do misticismo. Esse crescimento se manifesta em grupos de oração, celebrações religiosas em ambientes acadêmicos, projetos de pesquisa e extensão que incorporam práticas de fé e, mais recentemente, em uma valorização acrítica de religiões de matriz africana, apresentadas como resistência cultural, mas que continuam sendo religiões, sistemas idealizadores que transferem ao transcendente aquilo que pertence ao humano.

Essa realidade coloca em xeque a autonomia da universidade enquanto espaço de reflexão crítica. Se Marx denunciava a religião como ópio que anestesia, Onfray a via como ficção que bloqueia a emancipação, e Bakunin como obstáculo direto à liberdade, sua presença crescente na academia só pode ser lida como uma contradição, em vez de promover a autonomia, a universidade acaba reproduzindo mecanismos de alienação.

Mais grave ainda é o fato de que a universidade, ao legitimar discursos religiosos, transforma a crítica a essas práticas em um verdadeiro tabu. Falar contra a presença da religião nesses espaços passa a ser visto quase como um “pecado” acadêmico, uma contradição que silencia debates que deveriam ser centrais em um ambiente crítico. O resultado é que o saber científico perde espaço para práticas que não podem ser verificadas ou debatidas nos mesmos termos racionais, abrindo brechas para que a fé substitua o pensamento crítico. Isso não significa negar a importância cultural das



manifestações religiosas, mas afirmar que a função central da universidade deve ser a defesa do conhecimento livre, fundamentado na razão, e não em dogmas.

O contraste entre igrejas lotadas e universidades cada vez mais esvaziadas simboliza o desafio de nosso tempo, em pleno século XXI, a religião, que outrora não tinha lugar no espaço acadêmico, volta a disputar corações e mentes, ocupando espaços que deveriam ser dedicados à investigação crítica e à produção de conhecimento racional.

TECNO-TEOLOGIAS DO CONTROLE

A modernidade tardia trouxe uma nova forma de controle: a fusão entre fé e tecnologia em um único dispositivo de captura, que a academia costuma chamar de Tecno-Teologia. Nesse novo cenário, a igreja e a plataforma digital não são instituições separadas, mas máquinas complementares que moldam subjetividades úteis ao capitalismo. De um lado, as igrejas neopentecostais oferecem salvação, prosperidade e pertencimento como serviços; de outro, as Big Techs prometem conexão, otimização e produtividade total. Ambas capturam desejos e os redirecionam para a manutenção da engrenagem econômica.

As igrejas neopentecostais funcionam como verdadeiras plataformas de fé. Seus cultos são segmentados por perfis (jovens, empresários, mulheres), seus programas seguem lógicas de engajamento e suas campanhas operam como algoritmos espirituais: *se você semear X (dízimo, ofertas), colherá Y (bênçãos, prosperidade)*. É um sistema de previsibilidade e cálculo, que imita a lógica das redes sociais. Além disso, a fé se torna um jogo: metas (alcançar 10% de dízimo), rankings (os mais abençoados), conquistas (cargos eclesiásticos) e recompensas simbólicas (testemunhos de prosperidade). O fiel é tratado como “usuário” que precisa estar sempre conectado, consumindo, ofertando, participando, produzindo valor para a instituição.

Se as igrejas adotam a lógica da tecnologia, as tecnologias digitais assumem traços religiosos. No Vale do Silício, figuras como Steve Jobs, Elon Musk e Mark Zuckerberg são vistos como profetas ou messias. Seus lançamentos de produtos funcionam como sermões, e seus dispositivos, o iPhone, por exemplo, são fetiches modernos, objetos de culto.



As plataformas digitais criaram verdadeiros rituais: deslizar a tela, curtir, compartilhar, atualizar o feed. O “dataísmo” se tornou um novo credo: a crença de que algoritmos podem conhecer e orientar nossas vidas melhor do que nós mesmos. O historiador Yuval Noah Harari, em seu livro *Homo Deus* (2015), expandiu essa ideia ao descrever o dataísmo como uma nova forma de religião, na qual os dados e os algoritmos ocupam o lugar que antes pertencia a Deus: “Segundo o dataísmo, o Universo consiste num fluxo de dados e o valor de qualquer fenômeno ou entidade é determinado por sua contribuição ao processamento de dados” (HARARI, 2015, p. 530). Nesse contexto, a salvação prometida não é mais o céu, mas a otimização total: produtividade máxima, saúde monitorada, conexão permanente. O pecado, aqui, é estar offline, improdutivo ou ineficiente.

Walter Benjamin, também contribui em seu fragmento *O Capitalismo como Religião* (2012), antecipou esse fenômeno ao afirmar que o capitalismo não é apenas condicionado pela religião, mas é ele próprio um culto permanente: “O capitalismo é uma religião puramente cultural, talvez até a mais extremada que já existiu. Nele, todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto; ele não possui nenhuma dogmática, nenhuma teologia.” (BENJAMIN, 2012, p. 15).

Ele não tem dogmas fixos: sua doutrina é o movimento incessante da acumulação, sua moral é a culpa infinita da dívida que nunca se paga. As igrejas neopentecostais e as Big Techs atualizam esse diagnóstico, funcionando como dois lados de uma mesma máquina de controle. As igrejas utilizam ferramentas digitais para ampliar seu alcance como: anúncios segmentados, aplicativos de dízimo, transmissões ao vivo, comunidades online, enquanto as plataformas digitais aprendem com as religiões a produzir engajamento emocional, fidelidade cega e adesão ritualizada.

Aqui, o conceito de máquinas de captura de desejos, presente no livro *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari ajuda a compreender o processo: “Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões.” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 11). Tanto a religião quanto a tecnologia não apenas respondem a desejos já existentes, mas produzem novos desejos adaptados à lógica do capital. O fiel que “investe no Reino de Deus” e o usuário que “investe em si mesmo” são duas versões do mesmo sujeito: o empreendedor de si da subjetividade neoliberal, formatado para consumir, produzir e obedecer.



O que une esses dois dispositivos é sua característica anti-autonomia. Assim como os dogmas religiosos oferecem caminhos já prontos para a vida, os algoritmos oferecem trajetórias personalizadas, mas igualmente limitadas, baseadas em cálculos invisíveis. Em ambos os casos, a liberdade é uma ilusão: a escolha já foi feita de antemão pela máquina que captura.

A crítica à religião, hoje, não pode ser separada da crítica à tecnologia. Ambas se tornaram instrumentos privilegiados do capitalismo integral, atuando como tecno-teologias de controle. Seja pelo dízimo ou pelo clique, o indivíduo é constantemente convocado a pagar sua dívida, a provar sua fé, seja em Deus, seja no algoritmo.

Retomando Benjamin, vemos que o culto capitalista não conhece descanso: ele é diário, permanente, sem redenção. O céu prometido é sempre adiado, seja na forma de prosperidade financeira, seja na promessa de uma vida otimizada pela tecnologia. E retomando Bakunin, Marx e Onfray, fica claro que a emancipação humana só será possível quando recusarmos tanto as falsas promessas da fé quanto às ilusões da tecnociência como novos deuses.

Resta a questão: se o controle agora é propagado, intrínseco, espalhado por nossos corpos, crenças e cliques, onde encontraremos as brechas para construir a verdadeira autonomia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mostrar que a religião, em suas diferentes formas, continua funcionando como um obstáculo para a liberdade humana. Seja pela promessa de salvação futura, seja pela criação de regras inquestionáveis, ela acaba limitando a autonomia e afastando as pessoas de sua própria potência criadora e capacidade de se realizar concretamente.

Na sociedade atual, esse processo se tornou ainda mais complexo. A religião não apenas permanece presente, mas também se adapta e ganha força dentro da universidade e até no campo da tecnologia. Vemos igrejas funcionando como empresas de captação de fiéis e plataformas digitais operando quase como igrejas, prometendo soluções prontas para todos os problemas. Assim, fé e tecnologia se encontram como duas formas de



controle, que prendem os indivíduos em lógicas de obediência e consumo.

É importante deixar claro que o objetivo aqui não é negar a fé de ninguém. O que se propõe é uma reflexão: quando a religião entra na universidade, ou quando o discurso religioso se mistura à ciência, isso deve ser tratado de maneira crítica. Não se trata de proibir o estudo das religiões, mas de garantir que ele seja sempre feito a partir da razão e da análise, e nunca da adesão acrítica a dogmas.

A liberdade humana só pode ser atingida em um espaço onde o pensamento seja livre de verdades absolutas. Por isso, a tarefa mais urgente é proteger a universidade e a ciência do avanço do sagrado como autoridade. Enquanto houver um deus, seja divino ou algorítmico, a humanidade seguirá de joelhos. A emancipação exige que nos levantemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2015.

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. In: *Obras seletas 2*. São Paulo: Intermezzo, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2012.

COMTE, Augusto. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Lafonte, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ONFRAY, Michel. *A arte de ter prazer: por um materialismo hedonista*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



ONFRAY, Michel. *Tratado de ateología: física de la metafísica*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2006.